



CORPOS, ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO AFRO-QUEER-MULHER

Eixo Temático *CORPOS QUEER QUE TRANSITAM NO/COM OS CURRÍCULOS*

Belijane Marques Feitosa¹
Maria Thaís de Oliveira Batista²
Priscila Nunes Brazil³

RESUMO

O presente estudo discute a construção de um conhecimento afro-queer a partir das experiências e resistências de mulheres não-brancas, incluindo quilombolas, de terreiro, indígenas, imigrantes e refugiadas. As narrativas coloniais de gênero e sexualidade excluíram essas mulheres, impondo normativas eurocêntricas e binárias que invisibilizam suas vivências. Nesse contexto, os Estudos Afro-Queer emergem como uma proposta interseccional e decolonial, que valoriza saberes ancestrais, espiritualidades e performances culturais como formas de resistência. As práticas culturais e religiosas dessas mulheres desafiam a colonialidade de gênero ao criarem espaços de subversão e autonomia. A pesquisa também aborda como mulheres em trânsito – indígenas, imigrantes e refugiadas – constroem novas identidades ao atravessarem fronteiras geográficas e culturais. A interseccionalidade e a decolonialidade são utilizadas como referenciais teóricos para compreender as múltiplas opressões enfrentadas e as formas inovadoras de resistência e produção de conhecimento contra-hegemônico. O estudo conclui que a valorização dos saberes afro-queer é fundamental para ampliar o debate sobre identidade, pertencimento e resistência em um mundo ainda marcado por hierarquias coloniais e raciais.

Palavras-chave: Estudos Afro-Queer; Colonialidade de Gênero; Interseccionalidade; Resistência Cultural.

¹ Doutora em Educação (PPGE/UFS). Professora da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG). Integra o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (GIEPELPS) (CNPq/UFCG) e o Grupo de estudos e pesquisas queer e outras epistemologias feministas (CONQUEER) (CNPq/UFS). E-mail: belimare.pb@gmail.com.

² Doutoranda em Educação (PPGE/UFPE). Pedagoga (UFCG). Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (CNPq/UFPE) e o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (GIEPELPS) (CNPq/UFCG). E-mail: professoramariathaisdeoliveira@gmail.com.

³ Doutoranda em Linguagem e Ensino (PPGLE/UFCG). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa (UFCG). Integra o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (UFCG/CNPq) e o Grupo de pesquisa Linguagem, Interação e Cultura (GELInC/UFCG). E-mail: prinunesbra31@gmail.com.



As narrativas dominantes sobre gênero e sexualidade têm historicamente excluído e marginalizado mulheres não-brancas, cujas experiências de vida, corpos e expressões não se alinham às normativas hegemônicas construídas sob uma perspectiva eurocêntrica e colonial. Nos últimos anos, os Estudos Queer têm se expandido para além de seus moldes tradicionais, incorporando diálogos interseccionais que reconhecem as especificidades de raça, classe e cultura. No entanto, a integração de mulheres quilombolas, de terreiro, indígenas, negras, imigrantes e refugiadas dentro deste campo acadêmico ainda carece de uma abordagem mais profunda e crítica. É neste contexto que os Estudos Afro-Queer emergem como uma plataforma de resistência, oferecendo novas possibilidades de interpretação e prática para as experiências de mulheres não-brancas.

Este artigo busca explorar como essas mulheres, a partir de suas vivências, performances e tradições culturais, desafiam as construções coloniais de gênero e sexualidade, e contribuem para a formação de um conhecimento afro-queer que é, ao mesmo tempo, contra e pós-colonial. As práticas culturais e espirituais de mulheres quilombolas e de terreiro, por exemplo, oferecem alternativas poderosas para reimaginar identidades sexuais e de gênero fora das ordens binárias e patriarcais impostas pelo projeto colonial. De modo semelhante, as trajetórias de mulheres indígenas, imigrantes e refugiadas revelam camadas de resistência e criatividade que se entrelaçam com suas lutas por sobrevivência e autodeterminação.

Dessa forma, o presente estudo pretende discutir como esses corpos e práticas periféricas não apenas subvertem as narrativas hegemônicas, mas também criam espaços para a construção de saberes contra-hegemônicos, que valorizam as sabedorias afro-diaspóricas, indígenas e outras epistemologias marginalizadas. Ao investigar essas interseccionalidades, buscamos contribuir para um entendimento mais amplo das múltiplas formas de resistência cultural e política que as mulheres não-brancas articulam dentro do campo dos Estudos Afro-Queer.

RESISTÊNCIAS AFRO-QUEER: DESAFIOS À COLONIALIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Gênero e Sexualidade



O conceito de colonialidade de gênero, gênero e sexualidade de María Lugones (2008), oferece uma perspectiva fundamental para entender como o sistema colonial não apenas racializou, mas também impôs um sistema binário e heteronormativo de gênero e sexualidade. Segundo Lugones, o colonialismo criou hierarquias de gênero que desumanizaram pessoas não-brancas, impondo normas europeias e cristãs sobre corpos racializados. Para as mulheres não-brancas, essa colonialidade de gênero foi duplamente opressora, já que tiveram seus corpos e existências não apenas racializados, mas também patologizados e controlados em termos de gênero e sexualidade.

Os Estudos Afro-Queer emergem como uma resposta à colonialidade de gênero, reconhecendo a interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade, e rejeitando as normativas impostas pelo colonialismo. Nesse contexto, mulheres não-brancas, como as quilombolas, de terreiro, indígenas e refugiadas, utilizam suas práticas culturais para resistir a essas imposições, subvertendo as normas de gênero e sexualidade. O termo "Afro-Queer" reflete essa resistência, ao combinar o legado afro-diaspórico com as subversões queer de identidades fluidas e dissidentes.

A resistência afro-queer envolve uma série de práticas, muitas das quais são enraizadas em saberes ancestrais e espirituais. Mulheres quilombolas e de terreiro, por exemplo, atuam como guardiãs de tradições afro-brasileiras que questionam a colonialidade de gênero. O candomblé e a umbanda, religiões de matriz africana, oferecem espaços de subversão ao aceitarem múltiplas expressões de gênero e sexualidade, bem como ao valorizarem figuras femininas divinas que não se encaixam nos moldes ocidentais de passividade e subordinação (Pinho, 2010). Além disso, essas práticas espirituais criam uma conexão entre a ancestralidade e a resistência contemporânea, permitindo às mulheres não-brancas afirmarem suas identidades para além das normas coloniais.

As performances de mulheres indígenas também se destacam como forma de resistência à colonialidade de gênero. Muitas dessas mulheres resistem a noções ocidentais de gênero, promovendo cosmologias que não se limitam a um binarismo de gênero. Leila Gonzalez (1984) enfatiza a importância de valorizar as cosmologias indígenas e africanas, as quais trazem uma visão mais fluida e relacional das identidades, rompendo com as restrições impostas pelo colonialismo.

Além das práticas espirituais e culturais, a resistência afro-queer é marcada pela rejeição das categorias eurocêntricas de identidade. Audre Lorde (1984) desafia essa

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde da Supercabildo

imposição ao afirmar que as mulheres não-brancas são categorizadas apenas pelo viés ocidental de gênero e sexualidade, pois suas experiências são profundamente moldadas por múltiplas camadas de opressão, como raça, classe e história colonial. Segundo Lorde, resistir à colonialidade significa, também, criar novos espaços de expressão e visibilidade para essas subjetividades marginalizadas.

Ao desafiar a colonialidade de gênero, as mulheres não-brancas dentro dos Estudos Afro-Queer estão reivindicando suas identidades como formas de resistência e sobrevivência. Elas subvertem as normas coloniais ao criarem novos modos de existir, baseados em suas experiências de ancestralidade, espiritualidade e sobrevivência em contextos de marginalização. Essas resistências são fundamentais para a construção de saberes afro-queer, que oferecem alternativas às normativas coloniais e contribuem para a descolonização das identidades de gênero e sexualidade.

SABERES ANCESTRAIS E ESPIRITUALIDADE: MULHERES QUILOMBOLAS E DE TERREIRO NA SUBVERSÃO DE NARRATIVAS HEGEMÔNICAS

A espiritualidade e os saberes ancestrais desempenham um papel crucial na resistência e na subversão de narrativas hegemônicas de gênero e sexualidade. Para mulheres quilombolas e de terreiro, suas práticas espirituais e culturais estão profundamente enraizadas em tradições afrodiaspóricas que desafiavam as ordens coloniais desde o período da escravidão e continuam a fazê-lo no contexto contemporâneo. Essas mulheres não apenas resistem às normas de gênero e sexualidade impostas pelo colonialismo, mas também reconstroem identidades a partir de epistemologias afrocentradas e espirituais que oferecem novas formas de ser e existir no mundo.

Os quilombos, tradicionalmente vistos como espaços de resistência física e cultural à escravidão, continuam a ser locus de práticas que desafiam as normas eurocêtricas. As mulheres quilombolas, ao preservarem e transmitirem saberes ancestrais relacionados ao cultivo da terra, às práticas espirituais e à organização comunitária, resistem às narrativas hegemônicas que historicamente tentaram deslegitimar suas existências e conhecimentos. Segundo Abdias Nascimento (2006), essas práticas culturais e espirituais são fundamentais na preservação da identidade negra e na luta contra o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Para as

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Potencialidade

mulheres quilombolas, a ancestralidade, a liderança cultural, mas uma fonte ativa de resistência política e espiritual.

No caso das mulheres de terreiro, as religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda oferecem um espaço de subversão às normas ocidentais e coloniais de gênero e sexualidade. Nessas religiões, as divindades femininas – como Iansã, Oxum e Iemanjá – não são representações passivas de feminilidade, mas potências ativas que incorporam tanto aspectos de força e liderança quanto de cuidado e proteção. Autoras como Simone de Souza (2014) apontam que essas figuras divinas reconfiguram as expectativas ocidentais de gênero, fornecendo uma visão mais fluida e não binária das identidades femininas. As mulheres de terreiro, ao incorporarem essas divindades e participarem ativamente nos rituais, tornam-se agentes de subversão, desafiando a visão eurocêntrica que restringe a mulher a papéis subordinados.

Além disso, o espaço do terreiro em si é um locus de resistência política e social. Desde o período escravocrata, os terreiros foram espaços onde negros escravizados e seus descendentes puderam preservar suas crenças e práticas, resistindo à imposição das religiões europeias. Autores como Leda Maria Martins (2003) destacam que os terreiros não são apenas espaços religiosos, mas também lugares de preservação de memória coletiva, ancestralidade e luta política. As mulheres de terreiro, muitas vezes liderando essas comunidades, não apenas resistem à marginalização, mas também se posicionam como figuras centrais na construção de saberes afrocentrados e na preservação das tradições africanas.

A subversão das narrativas hegemônicas operada por mulheres quilombolas e de terreiro também passa pela valorização de epistemologias que foram historicamente deslegitimadas. Como nos lembra Grada Kilomba (2019), a colonialidade do poder desumanizou corpos negros e indígenas, negando-lhes o direito de produzir e disseminar conhecimento. As práticas espirituais dessas mulheres, no entanto, reconstróem esses saberes e desafiam a epistemologia eurocêntrica. Os rituais, cantos, danças e outras formas de expressão espiritual não são apenas formas de conexão com o sagrado, mas também de resistência contra as formas coloniais de controle e dominação.

Portanto, mulheres quilombolas e de terreiro, ao afirmarem seus saberes ancestrais e espirituais, subvertem as narrativas hegemônicas que tentam fixar o gênero e a sexualidade dentro de padrões ocidentais. Elas reconstróem identidades políticas e espirituais baseadas em epistemologias afrodiaspóricas, proporcionando novas formas



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



de existir e resistir dentro de gêneros, sociedades e culturas profundamente marcada pela colonialidade. Esse movimento de resistência é não apenas cultural, mas profundamente espiritual e epistemológico, oferecendo um desafio direto às tentativas de marginalizar e silenciar suas existências.

CORPOS EM TRÂNSITO: MULHERES INDÍGENAS, IMIGRANTES E REFUGIADAS NAS FRONTEIRAS DO AFRO-QUEER

As experiências de mulheres indígenas, imigrantes e refugiadas destacam uma dimensão particular dentro dos Estudos Afro-Queer: a vivência de corpos em trânsito, que atravessam fronteiras geográficas, culturais e identitárias. Esses corpos, ao ocuparem lugares de interseção entre raça, gênero, sexualidade e deslocamento, desafiam as normativas coloniais que buscam controlá-los e silenciá-los. A mobilidade dessas mulheres expõe não apenas as dinâmicas de opressão, mas também as formas de resistência que emergem de suas experiências de marginalização e deslocamento.

Para as mulheres indígenas, a noção de território vai além do espaço físico, englobando aspectos culturais e espirituais que estão intrinsecamente ligados às suas identidades. Segundo Ailton Krenak (2019), a colonização impôs uma cisão entre os povos originários e suas terras, buscando não apenas desumanizá-los, mas também fragmentar suas relações com a natureza e suas cosmovisões. As mulheres indígenas, ao resistirem à imposição colonial de gênero e sexualidade, continuam a sustentar cosmologias que não se alinham aos padrões ocidentais de identidade. Suas performances culturais e espirituais criam um espaço de resistência que desafia a colonialidade e valoriza as epistemologias indígenas, que muitas vezes concebem gênero e sexualidade de maneira fluida, conectada à terra e à ancestralidade.

Mulheres indígenas que migram ou se deslocam dentro de contextos urbanos ou transnacionais enfrentam um duplo desafio: a marginalização por serem indígenas e por se afastarem de seus territórios de origem. Contudo, essas mulheres frequentemente criam redes de resistência e solidariedade que permitem a preservação de suas identidades enquanto desafiam as normas de gênero e sexualidade impostas pelo colonialismo e pela modernidade ocidental. O trabalho de autores como Julieta Paredes (2010), que discute o feminismo comunitário indígena, é fundamental para compreender como essas mulheres se apropriam de suas identidades para resistir às imposições patriarcais e coloniais que buscam disciplinar seus corpos.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde

Já as mulheres migrantes carregam consigo as marcas de múltiplos deslocamentos. A imigração, muitas vezes forçada por razões econômicas, políticas ou de perseguição, coloca essas mulheres em uma posição de vulnerabilidade nas sociedades de destino. Seus corpos, vistos como "estrangeiros" e racializados, estão frequentemente sujeitos à discriminação e à xenofobia, além das pressões para se conformarem a normas ocidentais de gênero e sexualidade. No entanto, essas mulheres também encontram formas de subverter as narrativas hegemônicas que buscam controlá-las, criando novas identidades no espaço liminar que ocupam.

Os Estudos Afro-Queer nos oferecem uma lente para entender como essas mulheres em trânsito desafiam as normativas coloniais, ao mesmo tempo em que criam novas formas de existência nas margens da sociedade. Para Audre Lorde (1984), as mulheres negras e racializadas que vivem em contextos de migração e deslocamento desenvolvem um senso de "identidade múltipla" que se baseia na resistência às opressões interseccionais que enfrentam. Elas transformam suas vivências em força, reconfigurando suas identidades e reivindicando suas existências dentro de sociedades que tentam apagá-las.

Em contextos urbanos e transnacionais, essas mulheres frequentemente se encontram nas periferias, tanto físicas quanto simbólicas, dos espaços sociais. No entanto, é nessas periferias que práticas de resistência e reconfiguração identitária emergem com mais força. As mulheres refugiadas e imigrantes afrodescendentes, por exemplo, muitas vezes estabelecem comunidades de apoio mútuo que se tornam espaços de subversão contra as normas de gênero e sexualidade hegemônicas. Esses espaços permitem que práticas espirituais, culturais e de resistência sejam mantidas e transformadas, como apontam as pesquisas de Kimberlé Crenshaw (1991) sobre interseccionalidade, que enfatizam a importância de reconhecer a multiplicidade das opressões enfrentadas por mulheres racializadas e migrantes.

As fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas, que essas mulheres atravessam, tornam-se também fronteiras de resistência e reinvenção. Elas subvertem as imposições coloniais ao criarem identidades afro-queer que não se alinham aos moldes ocidentais de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo, as práticas espirituais e culturais que trazem de suas origens continuam a ser fonte de resistência contra a xenofobia, o racismo e o



PERFORMANCES E EXPRESSÕES CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO DE SABERES CONTRA-HEGEMÔNICOS

As performances e expressões culturais das mulheres não-brancas, especialmente no contexto afro-queer, são fundamentais na construção de saberes contra-hegemônicos que desafiam as normas impostas pela colonialidade e pelo patriarcado. Através de suas práticas culturais, mulheres quilombolas, de terreiro, indígenas, imigrantes e refugiadas reconfiguram suas identidades, produzindo conhecimento a partir de suas experiências e de suas resistências aos processos de marginalização. Estas práticas constituem formas de resistência cultural e política que transformam a performance em uma ferramenta de subversão das normas de gênero, raça e sexualidade dominantes.

Para Judith Butler (1990), a performatividade de gênero é uma maneira pela qual as identidades são construídas através de atos repetidos, o que possibilita, também, a reconfiguração dessas mesmas identidades. No caso das mulheres afro-queer, suas performances culturais são expressões políticas que não apenas reafirmam suas existências, mas que também subvertem os modos tradicionais de entendimento do corpo, da identidade de gênero e da sexualidade. Ao performarem suas culturas e religiosidades, essas mulheres criam novos horizontes de significação, desafiando os moldes impostos pela modernidade ocidental.

As expressões culturais afro-brasileiras, como as rodas de capoeira, as festas de Iemanjá e os cânticos nos terreiros, são espaços performativos nos quais mulheres negras e quilombolas, em particular, resistem à marginalização e criam formas de conhecimento que se contrapõem à epistemologia eurocêntrica. Segundo Homi Bhabha (1994), esses atos de performatividade são também formas de resistência ao colonialismo, pois produzem “terceiros espaços” onde novas identidades e subjetividades são formadas. No contexto afro-queer, essas expressões culturais desafiam a fixidez de categorias como “mulher”, “negra” ou “queer”, permitindo que essas identidades sejam fluidas e multifacetadas.

O papel da música, da dança e das expressões corporais como instrumentos de resistência é igualmente relevante. Mulheres quilombolas e de terreiro, ao manterem

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade

Gênero, Raça e Sustentabilidade

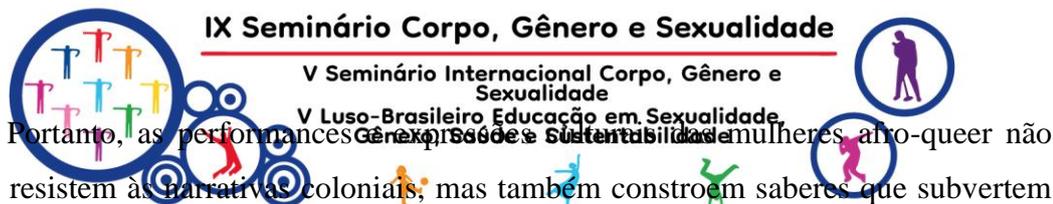
vivas as tradições culturais africanas, como a dança de roda e o jongo, resistem à tentativa de apagamento dessas práticas e afirmam suas identidades culturais.

Essas expressões não são apenas formas de entretenimento, mas práticas políticas que reafirmam a existência de saberes afro-diaspóricos. Stuart Hall (1996) aponta que as práticas culturais de grupos marginalizados, ao desafiarem as formas hegemônicas de conhecimento, são espaços de produção de novos significados e de construção de identidades híbridas.

No contexto indígena e imigrante, as performances culturais também servem como formas de resistência à imposição de normas de gênero e sexualidade coloniais. As danças e rituais das mulheres indígenas são, muitas vezes, espaços de subversão das normas ocidentais, oferecendo uma visão diferente de corpo, sexualidade e espiritualidade, como destaca a obra de Marisol de la Cadena (2010). As mulheres indígenas que performam seus rituais e cantos não estão apenas reafirmando suas tradições, mas também contestando a colonialidade que tenta domesticar seus corpos e suas práticas culturais.

As mulheres imigrantes e refugiadas, especialmente aquelas de origem africana e afrodescendente, também utilizam performances culturais como forma de resistência e de construção de identidade. No contexto da diáspora, a preservação de práticas culturais como a música, a dança e os rituais religiosos atua como um poderoso instrumento de resistência contra o racismo e a xenofobia. Como discute Paul Gilroy (1993), a diáspora africana é caracterizada por uma complexa rede de intercâmbios culturais que desafiam as fronteiras nacionais e coloniais. As mulheres afro-queer que se encontram em situações de deslocamento transformam suas performances culturais em atos de resistência, ao mesmo tempo em que criam novas formas de ser e existir nas sociedades de acolhimento.

Essas performances culturais, ao criarem saberes contra-hegemônicos, também desafiam as normas ocidentais de conhecimento. Autores como bell hooks (1992) e Angela Davis (1981) destacam que as práticas culturais de mulheres negras, indígenas e imigrantes, ao questionarem as normas impostas pela modernidade colonial, tornam-se formas de produção de conhecimento que são igualmente válidas, embora frequentemente marginalizadas. Ao performarem suas culturas, essas mulheres reivindicam o direito de existir e de produzir conhecimento a partir de suas próprias perspectivas, desafiando a hegemonia eurocêntrica.



Portanto, as performances das mulheres afro-queer não apenas resistem às narrativas coloniais, mas também constroem saberes que subvertem as normas de gênero, sexualidade e raça. Essas práticas performativas criam espaços de resistência e de reconfiguração identitária, onde novas formas de ser, de existir e de produzir conhecimento são possíveis. Ao performarem suas culturas, essas mulheres desafiam as normas impostas e afirmam suas identidades em um contexto global que, muitas vezes, tenta marginalizá-las.

INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA UM SABER AFRO-QUEER

A interseccionalidade e a decolonialidade são ferramentas teóricas essenciais para compreender e construir um saber afro-queer, que desafia as normas hegemônicas de gênero, raça e sexualidade. Essas abordagens permitem a análise das múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres não-brancas e suas expressões de identidade, destacando como suas experiências são marcadas por estruturas entrelaçadas de poder. A partir dessas perspectivas, é possível construir um conhecimento que reconheça a pluralidade de vivências e a resistência cultural e política das mulheres afro-queer.

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), propõe que raça, gênero, classe, sexualidade e outras categorias de identidade interagem de maneira complexa, criando formas múltiplas e simultâneas de marginalização. No contexto afro-queer, a interseccionalidade é fundamental para analisar como as opressões de gênero e sexualidade se manifestam de maneira única para mulheres negras, quilombolas, indígenas, de terreiro e migrantes. Esses múltiplos sistemas de opressão não podem ser analisados isoladamente; é preciso entender como se sobrepõem e produzem formas específicas de violência e exclusão.

A decolonialidade, por sua vez, traz uma crítica profunda ao legado colonial que ainda permeia as estruturas sociais e de conhecimento no mundo contemporâneo. Segundo autores como Aníbal Quijano (2000) e Walter D. Mignolo (2011), o colonialismo não apenas exerceu controle político e econômico, mas também impôs uma epistemologia eurocêntrica que marginaliza os saberes e as cosmologias de povos não-brancos. O saber afro-queer, então, emerge como uma proposta de subversão dessas



Essa articulação entre interseccionalidade e decolonialidade permite que as experiências das mulheres afro-queer sejam compreendidas em sua totalidade. Através da decolonialidade, é possível desafiar a supremacia da epistemologia ocidental e criar espaços onde os saberes tradicionais, espirituais e culturais dessas mulheres sejam reconhecidos como formas válidas e importantes de conhecimento. Mulheres de terreiro, por exemplo, através de suas práticas religiosas e espirituais, resistem à imposição de narrativas coloniais e eurocêntricas sobre corpo, sexualidade e gênero, oferecendo alternativas para pensar a identidade de forma descolonizada.

Além disso, a interseccionalidade permite que as experiências dessas mulheres sejam vistas em sua complexidade. Por exemplo, mulheres quilombolas enfrentam formas específicas de violência de gênero que estão entrelaçadas com o racismo estrutural, enquanto mulheres indígenas sofrem tanto pela opressão de gênero quanto pela marginalização de suas culturas e tradições. A interseccionalidade ajuda a identificar como essas opressões estão conectadas e como a resistência afro-queer pode ser articulada para desafiar essas intersecções de poder.

Quando aplicada ao contexto afro-queer, a interseccionalidade também ajuda a compreender como as experiências de marginalização são moldadas não apenas por fatores internos, mas também por políticas globais de migração, fronteiras e diáspora. Autores como Patricia Hill Collins (2000) destacam que a interseccionalidade é uma ferramenta fundamental para entender como as mulheres negras, especialmente as queer, resistem a essas múltiplas camadas de opressão através da criação de comunidades de apoio e de práticas de resistência cultural. Mulheres refugiadas e imigrantes, por exemplo, utilizam suas redes e tradições culturais como formas de resiliência diante das fronteiras nacionais e das políticas de exclusão.

A articulação entre interseccionalidade e decolonialidade oferece uma base sólida para a construção de um saber afro-queer que não apenas desafia as estruturas de poder coloniais e patriarcais, mas que também valoriza e centraliza as experiências das mulheres não-brancas. Através dessa lente, é possível não apenas denunciar as múltiplas formas de violência e exclusão que essas mulheres enfrentam, mas também reconhecer suas formas de resistência e sua capacidade de gerar conhecimento a partir de suas próprias vivências e tradições.



Ao combinar essas abordagens, o saber afro-queer se coloca como um campo de resistência contra a colonialidade e a heteronormatividade, valorizando a pluralidade de identidades e saberes que surgem nas margens da sociedade. As contribuições da interseccionalidade e da decolonialidade são, portanto, fundamentais para que possamos compreender as dinâmicas complexas e entrelaçadas que afetam as mulheres afro-queer e para que possamos construir um conhecimento verdadeiramente plural, inclusivo e descolonizado.

CONCLUSÕES

O presente texto buscou explorar as experiências e resistências das mulheres não-brancas através da lente dos Estudos Afro-Queer, destacando como suas vivências desestabilizam e reconfiguram as normas hegemônicas de gênero, sexualidade e identidade. As trajetórias de mulheres quilombolas, de terreiro, indígenas, imigrantes, refugiadas e negras evidenciam que suas práticas culturais e performances cotidianas são atos de resistência contra as formas coloniais e patriarcais de opressão. Essas mulheres, ao reivindicarem seus corpos, saberes e espiritualidades, reconfiguram as fronteiras do conhecimento e desafiam as narrativas hegemônicas que historicamente as silenciaram e marginalizaram.

Através das lentes da interseccionalidade e da decolonialidade, identificamos como essas mulheres navegam por múltiplas formas de opressão, seja por meio da raça, classe, gênero ou orientação sexual. Ao mesmo tempo, demonstramos que seus saberes ancestrais, práticas espirituais e performances culturais são ferramentas potentes de subversão e transformação. O saber afro-queer emerge, então, como um campo de conhecimento contra-hegemônico, que não apenas resiste, mas também reimagina novas formas de existência, centradas nas experiências e contribuições dessas mulheres nas margens.

Por fim, a construção de um saber afro-queer interseccional e decolonial é essencial para ampliar o debate sobre identidade, resistência e subversão nas fronteiras do discurso dominante. É a partir dessas experiências que se abrem novas possibilidades de ação política, afetiva e cultural, que valorizam as sabedorias indígenas e afro-diaspóricas e ampliam o entendimento sobre as complexidades das identidades queer não-brancas. Ao reconhecer e centralizar as vozes e práticas dessas mulheres,



REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- CADENA, Marisol de la. *Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections Beyond "Politics"*. *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 2, p. 334-370, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- DAVIS, Angela. *Women, Race, & Class*. New York: Random House, 1981.
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- GONZALEZ, Leila. *O lugar da mulher negra: a construção do sujeito feminino negro em Leila Gonzalez*. 1984.
- HALL, Stuart. *Cultural Identity and Diaspora*. In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds.). *Colonial Discourse and Postcolonial Theory: A Reader*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1996.
- HOOKS, bell. *Black Looks: Race and Representation*. Boston, MA: South End Press, 1992.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LORDE, Audre. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Trumansburg, NY: Crossing Press, 1984.
- LORDE, Audre. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Trumansburg, NY: Crossing Press, 1984.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

LUGONES, Maria. *The Coloniality of Knowledge Otherwise*, v. 2, p. 1-17, 2008.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o reinado do rosário no jongueiro mineiro*. São Paulo: Autêntica, 2003.

MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino: desde el feminismo comunitario*. La Paz: Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PINHO, Patrícia de Santana. *Mama Africa: reinventing blackness in Bahia*. Durham: Duke University Press, 2010.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SOUZA, Simone de. *Mulheres de Axé: gênero, poder e liderança feminina no Candomblé*. Salvador: EDUFBA, 2014.